

LITERATURA, TRADUÇÃO E IDEOLOGIA EM MONTEIRO LOBATO¹

Elizamari Becker

Todos os revisionistas, por menos religiosos que sejam, são anagogistas, embora muitas vezes de uma anagogia superficial.

HAROLD BLOOM, *Um mapa da desleitura*

Introdução

A tradução sempre manteve estreitas relações com a formação das literaturas nacionais, uma vez que, numa intensa prática revisionista e crítica, leva os tradutores a exercitarem a língua-alvo no limiar de sua potencialidade expressiva e, na exaustão desse exercício, a configurá-la como patrimônio coletivo, criando nela identidade e comunidade no confronto com o “outro”. Nesse sentido, a tradução constitui-se num profundo exercício de reflexão ideológica e nacionalista.

A adoção de uma nova perspectiva que contempla os Estudos Culturais dentro dos Estudos de Tradução parece trazer nesta última década um novo *modus operandi* para a disciplina. Numa época de globalização e multiculturalismo, André Lefevere (1992) instaura uma nova maneira de se encarar a tradução. Menos institucionalizada, o que quer dizer que já não visa a atender às prementes necessidades da Igreja, do Estado ou do próprio sistema educacional, que dela exigem uma fidelidade estéril, a tradução liberta-se de seus grilhões e mais recentemente já é aceita como releitura e reescritura; e o tradutor, por sua vez, passa a ser também encarado como um mediador entre culturas (Lefevere, 1992: 2). Ainda assim, a tradução — seja ela resultado tão somente do reconhecimento da qualidade de um dado texto ou, indo mais além, constituindo-se na sua leitura crítica e criativa — é um dos fenômenos que melhor podem explicar as intrincadas, e nem sempre visíveis, relações de poder e manipulação envolvidas na aceitação de determinadas obras em detrimento de outras (ibidem, 1992: 2).

¹ Este trabalho é parte da tese de doutorado intitulada “Forças Motrizes de uma Contística Pré-Modernista: O Papel da Tradução na Obra Ficcional de Monteiro Lobato”, desenvolvida sob a orientação da Profa. Dra. Patrícia Lessa Flores da Cunha e defendida, em 2006, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS.

Outra entidade que ganha redefinição é o leitor. Vários foram os fatores determinantes da inclusão do leitor no intrincado processo tradutório. O advento da Estética da Recepção como disciplina dentro do elenco dos Estudos Literários deu ao leitor um novo *status*, havendo um considerável deslocamento de perspectiva ditado pelo próprio mercado editorial e pelos novos parâmetros sociais de inclusão do indivíduo. Pouco a pouco, operou-se um processo de dessacralização do original, e a tradução, enquanto processo de reescritura e à luz dessas mudanças, assumiu um novo e fundamental papel: ponte necessária entre diferentes culturas, minimizadora das distâncias geográfico-culturais e fomentadora da inclusão sócio-cultural daqueles menos favorecidos, que não dominam o idioma estrangeiro por fatores que lhes são alheios à vontade (Lefevere, 1992; Venuti, 2002; Robinson, 2002).

Dessa forma, no contexto dos Estudos de Tradução, os textos já não se vêm circunscritos pelos estreitos limites de noções como certo ou errado, fiel ou livre. Há todo um processo de cooperação entre culturas que deve ser envolvido no complexo processo tradutório, sem o qual a tradução seria meramente o encontro de duas línguas. Mas a tradução, muito mais do que isso, é o encontro entre literaturas, culturas, tradições literárias, e os tradutores, por sua vez, estão sujeitos ao tempo em que vivem.

Traduzir e escrever são duas atividades que contribuem para o processo reflexivo. Em seu ensaio “Paul Valéry e a poética da tradução” (1996), Haroldo de Campos confronta essas duas manifestações da língua e da comunicação humanas para mostrá-las aparentadas desde sua gênese. Segundo Valéry, “escrever o que quer que seja, desde o momento em que o ato de escrever exige reflexão, e não é a inscrição maquinal e sem detenções de uma palavra interior toda espontânea, é um trabalho de tradução exatamente comparável àquele que opera a transmutação de um texto de uma língua em outra” (Valéry, apud Campos, 1996: 201).

Haroldo de Campos destaca a relevância da citação acima a partir da “idéia de literatura como uma operação tradutora permanente — escrever é traduzir —, logo a relativização da categoria da originalidade em favor de uma intertextualidade generalizada” (Campos, 1996: 202). Essa perspectiva explica a aproximação entre Lobato e seu(s) precursor(es), de um lado escrutinando seu trabalho de tradução como um longo processo crítico de leitura que se construiu durante décadas, e de outro confirmando que o sentido da obra literária é aberto, o que se prova nas incontáveis reescrituras que suscita, entre elas a tradução, a adaptação e a própria crítica.

Enquanto escritor que marcadamente cria uma forte atmosfera dialética com seus precursores, citando sempre outras obras e autores num revisionismo crítico abundante, Monteiro Lobato constitui-se na perfeita descrição de “leitor forte” que Harold Bloom nos apresenta, sendo aquele “cujas leituras terão importância não só para ele como também para outros, e partilha assim dos dilemas do revisionista, que deseja encontrar sua própria relação original com a verdade, seja em textos ou na realidade” (Bloom, 1995: 15).

Uma importante força motriz da escritura de Monteiro Lobato, a ótica humanista em tradução, é resultado das diferentes ideologias disseminadas no tempo do escritor, que ora o fazem um entusiasta das grandes potencialidades humanas, ora o mostram extremamente pessimista e fatalista, refletindo-se esses estados de espírito antagônicos em sua escritura crítica e ficcional.

2. Considerações sobre o humanismo

Conseqüência do racionalismo que permeou o Iluminismo do século XVIII e o livre-pensamento do século XIX, o humanismo é classificado de muitas diferentes formas desde a sua concepção. Surge no período da Renascença como resposta à crença de que o homem, através do aprendizado e da razão, é capaz de, por si mesmo, encontrar todas as respostas e superar todos os problemas. Ciência, política, ética e lei seriam passíveis, segundo essa doutrina, de se tornarem os pilares de uma sociedade perfeita.

Em um momento imprecisamente definido depois do Renascimento, o humanismo passou a antagonizar com os credos religiosos cristãos, que vêem na divindade do Deus trino a única resposta para todos os sofrimentos do homem. O humanismo, que, a princípio, apregoa o ateísmo, ganha adeptos cristãos a partir do século XX. Numa incongruente e inconsistente tentativa de reconciliação entre doutrinas que se negam e se excluem, humanistas seculares e humanistas religiosos assinam, em 1933, o *Manifesto Humanista*, que tinha por objetivo servir de documento norteador, postulando as crenças do movimento. Algumas décadas mais tarde, esse manifesto foi reescrito como resposta às duras críticas que sofrera por parte de cristãos e não-cristãos, sem contar alguns adeptos do próprio humanismo, descontentes com os rumos que a humanidade havia tomado. O *Manifesto II* era ainda mais contundente em suas posições, ao invés de relaxá-las. Todavia, o grande paradoxo do humanismo ainda não se resolveu — a razão acima da fé.

Tomando-se por base o mundo Ocidental cristão, o postulado do humanismo é considerado, no mínimo, uma heresia, pois nega a deidade de Jesus Cristo ou sequer que o universo tenha sido divinamente criado e seja divinamente sustentado. Já no primeiro princípio do *Manifesto Humanista*, fica muito claro o antagonismo entre o humanismo e qualquer credo religioso:

Acreditamos, entretanto, que as religiões dogmáticas ou autoritárias que impõem revelação, Deus, ritual ou crença acima das necessidades e da experiência humana operam um desserviço à raça humana. Qualquer consideração sobre a natureza deve passar nos testes da evidência científica; no nosso entender, os dogmas e mitos das religiões tradicionais não o fazem. Mesmo no atual estágio da história humana, certos fatos elementares baseados no uso crítico da ótica científica precisam ser reformulados. Creemos que os indícios sobre a existência de um sobrenatural são insuficientes; são irrelevantes ou sem importância para a questão da sobrevivência e da realização da raça humana. Como ateus, preocupamo-nos com os homens, e não com Deus; com a natureza, e não com a divindade. A natureza deve, de fato, ser mais ampla e profunda do que pensamos; quaisquer novas descobertas, entretanto, não fazem outra coisa senão aumentar nosso conhecimento sobre o natural. (*Humanist Manifestos I and II*, 2006)²

A evolução humanista, que reduz o homem a uma espécie de animal, afirma que nenhuma divindade irá salvar o homem e assevera que a salvação está no esforço humano. Também afirma que o homem só pode desenvolver suas potencialidades em total liberdade, e que princípios morais e éticos são sempre “relativos” e “circunstanciais”. Se, no cristianismo, acredita-se que o homem só pode ser transformado de dentro para fora, no humanismo a crença é de que a transformação se dê de fora para dentro — o homem é irremediavelmente produto do meio em que se acha inserido. Essa concepção de determinismo do meio provém da teoria darwinista do processo de seleção natural, que postula que os seres vivos, e não somente os seres humanos, tendem a se extinguir ou não de acordo com seu grau de complexidade; ou seja, quanto mais complexas as estruturas, mais difícil sua adaptabilidade ao meio e, por conseguinte, menor sua chance de sobrevivência. Essas são as teorias mais contundentes do cenário humanista que colocam em xeque todas as crenças do homem por séculos.

Defendido por uns, atacado por outros, o humanismo ainda hoje é motivo de

² Tradução da autora. Do original: “We believe, however, that traditional dogmatic or authoritarian religions that place revelation, God, ritual, or creed above human needs and experience do a disservice to the human species. Any account of nature should pass the tests of scientific evidence; in our judgement, the dogmas and myths of traditional religions do not do so. Even at this late date in human history, certain elementary facts based upon the critical use of scientific reason have to be restated. We find insufficient evidence for belief in the existence of a supernatural; it is either meaningless or irrelevant to the question of the survival and fulfillment of the human race. As nontheists, we begin with humans not God, nature not deity. Nature may indeed be broader and deeper than we now know; any new discoveries, however, will but enlarge our knowledge of the natural.”

debate, e suas idéias encontram-se disseminadas em toda parte, sobretudo nas artes, cujo foco no humano se tornou seu instrumento balizador. Mas não esqueçamos que nem sempre foi assim. Houve tempo em que esse foco estava dirigido pelo divino, ou, no homem, na relação com o divino.

2. Lobato entre a cruz e a espada

À época de Monteiro Lobato, o humanismo secular via-se amplamente divulgado no mundo Ocidental. Seus postulados muito favoreciam os ideais desenvolvimentistas de estadunidenses e, não menos, de sul-americanos. Na esteira do progresso industrial e científico, o humanismo prometia instaurar uma nova ordem mundial em sintonia com os avanços tecnológicos, bem como uma sociedade mais justa e igualitária. É natural, portanto, que Monteiro Lobato fosse também influenciado por essas idéias, sobretudo como resultado de suas leituras de Nietzsche e outros humanistas. Sua experiência de viagem aos Estados Unidos no final da década de 1920 fomentou ainda mais seus ideais humanistas, que o trouxeram de volta ao Brasil cheio de projetos desenvolvimentistas e com disposição para colocá-los em prática.

Antes de Lobato, Machado de Assis já exibia em seus escritos ideais claramente humanistas, como bem salientou Roberto Schwarz ao analisar o papel das idéias em *Memórias póstumas de Brás Cubas*:

A presença abundante de teorias científicas e filosóficas nas **Memórias** refletia um assunto de atualidade. [...] Positivismo, Naturalismo e diversas formas de Evolucionismo disputavam a praça com outras escolas. A sua terminologia, tão prestigiosamente moderna quanto estranha à vida corrente, anunciava rupturas radicais; prometia substituir o mecanismo atrasado da patronagem oligárquica por espécies novas de autoridade, fundadas na ciência e no mérito intelectual.

Era natural que os entusiastas transformassem o espírito científico em panacéia e no contrário dele mesmo. Machado percebeu as ironias latentes na situação e tratou de explorá-las sistematicamente. Onde os deslumbrados enxergavam a redenção, ele tomava recuo e anotava a existência de um problema específico. (Schwarz, 1998: 143)

Em seu ensaio “A nova geração” (1879), Machado de Assis pede cautela aos novos escritores com relação à adoção das novas tendências e aos exageros que se verificavam:

A nova geração freqüenta os escritores da ciência; não há aí poeta digno desse nome que não converse um pouco, ao menos, com os naturalistas e filósofos modernos. Devem, todavia, acautelar-se de um mal: o pedantismo. Geralmente, a mocidade, sobretudo a mocidade de um tempo de renovação científica e literária, não tem outra

preocupação mais do que mostrar às outras gentes que há uma porção de coisas que estas ignoram; e daí vem que os nomes ainda frescos na memória, a terminologia apanhada pela rama, são logo transferidos ao papel, e quanto mais crespos forem os nomes e as palavras, tanto melhor. Digo aos moços que a verdadeira ciência não é a que se incrusta para ornato, mas a que se assimila para nutrição; e que o modo eficaz de se mostrar que se possui um processo científico, não é proclamá-lo a todos os instantes, mas aplicá-lo oportunamente. Nisto o melhor exemplo são os luminares da ciência: releiam os moços o seu Spencer e seu Darwin. Fugam também a outro perigo: o espírito de seita, mais próprio das gerações feitas e das instituições petrificadas. O espírito de seita tem fatal marcha do odioso ao ridículo [...] (Assis, 1997, v. 3: 836)

É-nos difícil não concordar com Schwarz sobre a importância dos exercícios filosófico-ficcionais humanistas. Segundo ele, tinham por função “atestar a tintura moderna — filosófica e científica — de dois figurões: davam justificativa ilustrada à indiferença dos ricos pelo destino de seus dependentes [...] e explicavam, por fim, o caráter necessário e legítimo da exploração colonial e de suas seqüelas presentes” (Schwarz, 1998: 156). Na sua avaliação, o humanismo que aderiu ao papel dos escritos nacionais trazia à literatura brasileira o conflito das idéias atuais e, mais do que isso,

[...] não o trazia da forma xucra praticada por adeptos ou detratores: a exposição clara, sintética, satiricamente cônica das próprias inconsistências supunha a apropriação do essencial do espírito científico – em nível que entre nós seria uma façanha –, isto sem lhe perder de vista as virtualidades conservadoras e despóticas, nem, sobretudo, o funcionamento peculiar nas condições do país. (Schwarz, 1998: 157)

À época de Monteiro Lobato, as idéias humanistas renascentistas, que enfatizavam a liberdade e a responsabilidade do homem em moldar e melhorar o mundo que o cerca, já haviam evoluído para outras ideologias, como o determinismo, o cientificismo, o ateísmo, o evolucionismo. Não sendo ateu, custou-lhe borrar de suas páginas o Jeová bíblico e, mais ainda, pintar o homem humanista como essencialmente bom. Visto por muitos como um pessimista, Lobato não se cansa de descrever o homem como um ser mau por natureza, até aqueles que trazem a religião como prática, como aquela D. Inácia de “Negrinha”; ou escravo de seus vícios e das falsas aparências, como o padre que fuma em “O pito do reverendo”. Não podemos dizê-lo um religioso devoto, mas um conhecedor das Sagradas Escrituras, que traduziu em 1940 *A história da Bíblia*³, de Hendrik Willem Van Lonn, e, em 1944, *O Nazareno*⁴, de Sholem Asch. Seu pessimismo existencialista, todavia, não lhe permitia crer inteiramente na fé cristã.

³ Publicação integrante da coleção Biblioteca do Espírito Moderno — História e Biografia (São Paulo: Nacional, 1940. v. 4. 405p.).

⁴ Publicação integrante da coleção Biblioteca do Espírito Moderno — Filosofia (São Paulo: Nacional, 1944. 616 p.).

Indícios disso encontram-se em sua crônica “O bombardeio de São Paulo”, em que critica o governo Bernardes por responder ao fogo legalista com tanta fúria — destruindo a cidade, matando civis e sitiando a cidade por mais de um mês —, elogia José Carlos Macedo Soares por socorrer as vítimas e conclui dizendo que “a maldade venceu outrora e hoje. Cristo foi para a cruz, José Carlos para o cárcere. Meses e meses pagou ele na prisão o crime de por alguns dias praticar o bem na sua cidade natal. Depois enxotaram-no da pátria. Exilaram-no...” (Lobato, 1951, v. 6: 234).

Quando afirma que a maldade venceu o Cristo crucificado, não restam dúvidas de que Lobato não crê no sacrifício da cruz como redentor, nem que o Mal fora vencido por Jesus, e isso não por desconhecimento das Escrituras; podemos chamar essa inconsistência de muitos nomes — fatalismo, pessimismo e até de niilismo —, mas todos revelam o homem atormentado que depositara sua fé numa sociedade mais justa e igualitária que o humanismo provou ser incapaz de proporcionar.

Segundo crêem os cristãos, a crucificação foi profeticamente anunciada e fazia parte da vontade de Deus. Tratando-se de uma profecia cumprida, não há que se lamentar sobre ela, pois no propósito do Deus trino, cumpre a ela resgatar o homem da morte. A maldade foi vencida pelo Cristo ressurreto. A posição dos cristãos face à crucificação de Cristo é de celebração e vitória e não de desalento e pessimismo, como o quer crer Lobato.

Esse antagonismo de idéias em Lobato bem pode ser explicado no embate de forças entre textos precursores que foram lidos, estudados e traduzidos pelo escritor brasileiro. Ao que se sabe, Nietzsche⁵ foi uma influência determinante na visão de Lobato sobre o mundo que o cercava:

Considero Nietzsche o maior gênio da filosofia moderna – e o que vai exercer maior influência. É o homem “objetivo”. O homem impessoal, destacado de si e do mundo. Um ponto fixo acima da humanidade. O nosso primeiro ponto de referência. Nietzsche está “au delà du bien et du mal”, trepado num topo donde tudo vê nos conjuntos, e onde a perspectiva não é a nossa perspectivazinha horizontal.

Dum banho em Nietzsche saímos lavados de todas as cracas vindas do mundo exterior e que nos desnaturam a individualidade. Da obra de Spencer saímos spencerianos; da de Kant saímos kantistas; da de Comte saímos comtistas – da de Nietzsche saímos tremendamente nós mesmos. O meio de segui-lo é seguir-nos. “Queres seguir-me? Segue-te!” Quem já disse coisa maior? (Lobato, 1951, v. 11: 65)

⁵ Em carta a Godofredo Rangel, datada de 02/06/1904, Lobato acusa haver recebido sua coleção completa de Nietzsche, *em dez preciosas brochuras amarelas*, tradução de Henri Albert. (Cf. Lobato, 1951, v. 11: 56).

Sem dúvida, Nietzsche, de quem traduziu nada menos do que *O Anti-Cristo*, é uma força precursora determinante na formação tanto ideológica quanto literária de nosso escritor. Quem cotejar seus dois tomos de *A barca de Gleyre* (Lobato, 1º e 2º tomos, v. 11 e 12) não terá dificuldades em levantar os livros que leu. Outro autor que também fez parte de sua biblioteca foi o filósofo evolucionista Herbert Spencer.

Não há, no entanto, texto precursor mais abrangente do que a *Bíblia*. Segundo George Steiner, nenhum outro a supera em termos de difusão, permanecendo, ainda nos dias de hoje, o livro mais publicado e traduzido, bem como aquele sobre o qual mais se escreveu. “quem é Darwin, quem é Freud para erguer a voz acima daquela que se ergueu da Sarça Ardente?” (Steiner, 2001: 94) Essa voz ancestral continua a ecoar nos nossos textos, mesmo quando se alega ruptura com ela, ou quando, como fez Lobato, transgredimos e distorcemos o que ela originalmente conta.

3. Evolucionismo x criacionismo

Partidário do darwinismo e curioso acerca de outras teorias evolucionistas tão em voga à sua época, Lobato experimenta em seu conto “Era no paraíso...”, de *Cidades mortas*, reconciliar o evolucionismo e o criacionismo judaico-cristão. Como o faz? Mostrando que Deus criou todas as coisas, mas o homem não estava em seus planos até que um chimpanzé sofre um acidente... Caindo de uma árvore e batendo a cabeça, o chimpanzé lesionado nunca mais foi o mesmo, já que, “a partir da Queda, o nosso macaco entrou a mudar de gênio. Sua cabeça perdeu o frescor da antiga despreocupação e deu de elaborar uns monstrenguinhos, informes, aos quais, com alguma licença, caberia o nome de idéias” (Lobato, 1950, v. 2: 202).

Note-se que a palavra “Queda” com letra maiúscula aciona uma leitura denotativa, ao contrário daquela que normalmente fazemos do texto bíblico. No livro de Gênesis da *Bíblia*, a “queda” do homem é o pecado da desobediência. No conto, a “queda” é o ato ou efeito de cair. Estabelece-se um diálogo entre os dois textos claramente parodístico:

A *Bíblia* já tratou do assunto; de modo simbólico, entretanto, fugindo tomar a Queda ao pé da letra. Moisés, redator do Gênesis, tinha veleidade poética — mas não previra Darwin, nem a força do prêmio Nobel como áureo pai de grandes descobertas. Moisés poetizou... Fez um Adão, uma Eva, uma serpente e um pomo, que certos exegetas declaram ser a maçã e outros, a banana. Compôs assim uma peça com a mestria consciente de Edgard Poe ao carpintear *O Corvo*, mas sem deixar, como Poe, um estudo da psicologia da composição, onde demonstrasse que fez aquilo por a + b e com

bem estudada pontaria. E foi pena! Quanto papel, tinta e sangue tal esclarecimento não pouparia à humanidade, sempre rixenta na interpretação dos textos bíblicos! (Lobato, 1950, v. 2: 201)

A partir desse momento do conto, o narrador mostra como o “macaco” passa a agir de forma estranha, ponderando, escolhendo, medindo coisas que o instinto e o automatismo nunca antes lhe exigiram. Fica tomado de idéias inúteis que só lhe trazem aborrecimentos e desgraças. Um quadro irônico da saga humana é pintado nesse conto, provando que o próprio homem é o causador de todos os seus males e que está ele contra todo o curso natural das coisas. Deus explica ao Anjo Gabriel o que será do futuro do macaco lesionado:

A lesão do cérebro do meu macaco põe-no à margem da minha Lei Natural e fá-lo-á discrepar da harmonia estabelecida. Nascerá nele uma doença, que seus descendentes, cheios de orgulho, chamarão inteligência — e que, ai deles! lhes será funestíssima. Esse mal, oriundo da Queda, transmitir-se-á de pais a filhos — e crescerá sempre, e terrivelmente influirá sobre a terra, modificando-lhe a superfície de maneira muito curiosa.

[...]

Essa inteligência apurará aos extremos a crueldade, a astúcia e a estupidez. Por meio da astúcia se farão eles engenhosos, porque o engenho não passa da astúcia aplicada à mecânica. E à força de engenho submeterão todos os outros animais, e edificarão cidades, e esfuracarão montanhas, e rasgarão istmos, destruirão florestas, captarão fluidos ambientes, domesticarão as ondas hertzianas, descobrirão os raios cósmicos, devassarão o fundo dos mares, roerão as entranhas da terra...

[...]

Seu engenho criará engenhosíssimas armas de alto poder destrutivo — e empolgados pelo ódio se estraçalharão uns aos outros em nome de pátrias, por meio de lutas tremendas a que chamarão guerras, vestidos macacalmente, ao som de músicas, tambores e cornetas — esquecidos de que não criei nem ódio, nem corneta, nem pátria.

[...]

E inventarão alfabetos e línguas numerosas, e disputarão sem tréguas sobre gramática, e quanto mais gramáticas possuírem menos se entenderão.

[...]

E organizarão o parasitismo na própria espécie, e enfeitar-se-ão de vícios e virtudes igualmente anti-naturais. E inventarão o Orgulho, a Avareza, a Má-Fé, a Hipocrisia, a Gula, a Luxúria, o Patriotismo, o Sentimentalismo, o Filantropismo, a Colocação dos Pronomes — esquecidos de que eu não criei nada disso e só o que eu criei é. (Lobato, 1950, v. 2: 204-207)

Na crônica “A hostefagia”, em *Idéias de Jeca Tatu*, novamente idéias criacionistas e evolucionistas se confrontam. Num primeiro momento, parece estar fazendo uma espécie de apologia da guerra, provando que os homens que entraram para a história foram os que derrubaram impérios e conquistaram povos, que as nações prósperas e desenvolvidas de hoje foram conquistadas com sangue. Ainda, outra vez, faz sua leitura da *Bíblia*, dizendo que, se Caim não tivesse o espírito belicoso que o

levou a assassinar o irmão, seria de todos ignorado:

Sem a pedrada na cabeça de Abel, Caim morreria simples pastor, sem nome, nem feitos, nem descendência. Com a pedrada, ensinou aos homens o caminho da glória, a embriaguez da vingança, o segredo da dominação, a morte heróica. Em suma: a guerra. (Lobato, 1951, v. 4: 96)

Nessas suas considerações acerca do primeiro crime conhecido da humanidade, contempla o criacionismo bíblico na genealogia adâmica. Parece mostrar que o homem que se desviou da vontade de Deus prevaleceu, conquistou e prosperou. Logo a seguir, compara-o ao evolucionismo spenceriano:

Do outro lado do Eufrates, onde Deus não conversava com os homens e eram eles uma nudez de instintos só equiparável à nudez do corpo, o troglodita, já com acumulações experimentais herdadas do pitecantropo, sabia como adquirir a pele de urso na qual um seu vizinho resguardava o corpo nos dias de neve. Sabia que se, subrepticamente, pela calada da noite, fendesse o crânio do “possuidor” adormecido, a pele passaria a pertencer-lhe por direito de conquista. E logo que bem o soube, melhor o praticou, adornando a vitória com os pinotes amacacados e os gritos guturais donde saíram, por visível evolução, os triunfos romanos, os péans gregos e a glorificante farda moderna. (Lobato, 1951, v. 4: 96)

Esse confronto de idéias e o tom irônico com que as apresenta é característico de sua escritura. Na total inversão dos valores que apresenta como válidos, vemos um Lobato em conflito. Nas suas cruas e simplistas constatações, percebe-se sua intenção de provar uma tese construída no todo de sua obra: o homem civilizado não passa de um bruto.

Na continuação de sua exposição, sugere que, na evolução do homem, entrará em breve a antropofagia, que grandemente auxiliará na guerra, pois bastará impingir o soldado a um jejum forçado para que se lance com todo empenho sobre seu inimigo. E desfia, escusado pela guerra, outras barbáries comumente praticadas pelo homem, que nada têm de fantasiosas: “Já o homem se afez, por um longo treino, a outras idéias fecundas: o saque, o incêndio, a carnagem do não combatente, a violação das mulheres; está preparado, pois, para a hostefagia, a qual tem a seu favor, além do mais, a química e a lógica” (Lobato, 1951, v. 4: 103).

Em resumo, parece querer mostrar que, no seu afã por conquistar, o homem comete todas as atrocidades possíveis e imagináveis; que, mesmo no processo evolutivo, o homem não se torna mais “humano” no sentido fraternal, mas cada vez mais aparelhado para sobreviver, o que significa “matar”. Esse é o segundo exemplo de

texto da lobatiana que mostra claramente a forma criativa empregada pelo escritor para expor sua leitura do conflito entre criacionismo e evolucionismo.

Na maturidade, já consideravelmente decepcionado com o homem, Lobato passa a exprimir todo o seu pessimismo quanto ao futuro. Em 1941, o peso do humanismo caía na cabeça atônita de Lobato e foi em Kipling que encontrou expressão para tentar explicar como sentia o súbito caos e desorganização em que o mundo se via mergulhado: a guerra. Aturdido, ouvia pelo rádio as últimas notícias sobre o ataque fulminante a Pearl Harbor:

O chapéu da humanidade é a ciência aplicada – as invenções. Ampliaram-se desmesuradamente. Precipitaram-se. O homem pôs na cabeça o chapéu do mágico Ciência e a tempestade se desencadeou – veio a inundação – e ele não sabe a receita para deter o Robot... A Democracia bóia no mar de ruínas e sangue e percorre aflita o livro da ciência, a ver se encontra a receita para salvar-se.

Vou começar aqui a pôr minhas impressões diárias. Quem sou eu? Kim, Kim, Kim. Quem é Kim? Eu sou Kim. Quem sou eu? Uma árvore da floresta. Menos: uma folha. O vendaval tudo devasta. Vou ser apisoado, arrancado e jogado. E vão comigo as minhas folhas companheiras – Purezinha, o coitadinho do Edgard. Fica o Rodrigo, nos seus três anos. Linda cabeça tem ele. Mas fraco. A fraqueza da família. Fim de raça? Estamos no Rodrigo todos nós, folhas que caem. Assistirá ele à aurora do pesadelo que começou em 1914 e abriu o segundo ato em 1939? (Lobato, 1951, v. 10: 174)

Nesse momento crucial da história da humanidade, ele passa a questionar os reais benefícios da ciência para a humanidade. Como explicar a guerra num mundo humanista, evoluído, entre países desenvolvidos e ricos? E o que dizer da ciência que deveria estar a serviço do homem, mas que, contrariamente, o esmagava? Parecia, afinal, que o humanismo revelava-se tão ou mais odioso do que a intolerância religiosa que perseguia e aniquilava infiéis, invadia e ocupava territórios em nome da fé, e que explicava o Lobato anti-clericalista. O tom desse artigo é de puro desespero, do tipo que reduz ou quase elimina os filtros do que é confessado:

O homem me repugna. Começo a ter medo desse monstro. Olho com pavor para cada cara que vejo na rua. São monstros de estupidez e crueldade. Quero morrer. Quero ver-me em outro mundo, ou em outra condição. Já vivi muito neste circo romano e não suporto mais. Vem-me à idéia Jesus. Jesus foi bom. Jesus foi a coisa mais alta, e acabou no alto numa cruz. (Lobato, 1951, v. 10: 170)

O drama de Lobato aqui não é apenas social, é também pessoal. Seu filho Edgard está mortalmente doente e seu estado de espírito reflete o pânico da iminência da perda do primeiro filho.

4. O livramento de Hans Staden

Dentre os muitos textos precursores fortes em Monteiro Lobato, um há em especial que o fez refletir sobre conceitos vitais em literatura: *Viagem ao Brasil*⁶, de Hans Staden. Lobato acredita que seja esse o primeiro livro publicado sobre o Brasil, nisso constituindo-se sua primeira qualidade. Publicado em Marburgo, Hesse, Alemanha, em 1557, trata-se de um relato de viagem do prussiano protestante Hans Staden. O livro conta sua trágica captura pelos tupinambás, tribo brasileira temida por seus costumes canibais. O autor descreve em detalhes os nove meses que esteve prisioneiro de tais selvagens e como foi diversas vezes livrado por Deus de ser morto e devorado. Embora o texto seja um relato de viagem baseado em fato verídico, muito se assemelha à história infanto-juvenil, resultado da simplicidade da sua narrativa.

Segundo seu prefaciador e revisor, Professor Johann Eichmann, o real motivo que levou Staden a escrever o livro “não são a fama nem a ambição de ser conhecido, mas sim o desejo de demonstrar a Deus a honra, o louvor e o agradecimento por tê-lo salvo” (Staden, 1999: 182). O próprio autor, em sua dedicatória ao Príncipe Philipp, o Magnânimo, revela que escreveu o livro em “agradecimento ao Todo-Poderoso criador do céu, da terra e do mar, a seu filho Jesus Cristo e ao Espírito Santo, por causa da imensa graça e misericórdia que [lhe] foram concedidas pela Santíssima Trindade [...] quando [se] demorava em meio ao povo selvagem da terra do Brasil, os Tupinambás (Staden, 1999: 13).

Convém ressaltar que o caráter proteiforme dos relatos de viagem, figurando entre o documental e o ficcional, os torna demasiado controversos; mesmo quando seu autor alega não se tratar de ficção, seu caráter literário reside na forma como é recebido pelo público leitor, como figura dentro do sistema literário e, sobretudo, como fecunda esse sistema. No caso específico desse livro, prova-se mais uma vez que a atividade tradutória de Monteiro Lobato é reveladora de suas convicções ideológicas, bem como fomentadora de sua própria produção literária.

⁶ Sua primeira publicação brasileira deu-se em 1892 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, volume 55, tradução do Dr. Alencar Araripe da edição francesa da coleção Ternaux Compans, que, por sua vez, foi provavelmente traduzida da versão latina. Sua segunda publicação deu-se em 1990, intitulada *Viagem ao Brasil*, traduzida por Alberto Löfgren. A terceira, intitulada *Hans Staden* e pertencente à série “Brasil Antigo”, pela Companhia Editora Nacional, foi texto ordenado literariamente por Monteiro Lobato, São Paulo, 1925; 2ª ed. 1926; 3ª ed. 1927. A edição de Monteiro Lobato contém apenas a 1ª parte da obra de Hans Staden. A quarta publicação data de 1930, após a tradução do original para o alemão moderno por Carlos Fouquet, com a respectiva tradução para o português por Guiomar de Carvalho Franco pela Sociedade Hans Staden, São Paulo, SP. Note-se que o fenômeno editorial Lobato fez publicar sucessivas edições, o que o notabiliza como formador de opinião e, por conseguinte, formador do público leitor de sua época.

Primeiramente, precisa-se entender qual a importância desse texto para nosso autor e o que o leva abordá-lo de diferentes formas. Em artigo intitulado “O primeiro livro sobre o Brasil”, Lobato anuncia para o público brasileiro a tardia tradução do livro de Staden, *Duas viagens ao Brasil*. Como a maioria dos que apreciam os relatos de viagem, Lobato vê-se atraído pelo espírito de aventura e pelo tom de verossimilhança inerente a tal obra. Lobato acredita ser o relato do vivido forte o suficiente para desculpar possíveis mediocridades do estilo. Segundo ele, “Hans havia apalpado, cheirado, provado a misteriosa terra dos ameríndios [...] Seu livro suava realismo; tudo coisa vista e vivida, laivada do inimitável sabor de impressão direta” (Lobato, 1951, v. 6: 25). Seu interesse em Staden residia, portanto, na força da obra vivida e no valor que tal texto precursor possuía enquanto relato sobre a nossa terra, carregado de valor histórico e antropológico. Segundo Lobato, Hans Staden, de talento literário discutível, “seria de poucas letras” (Lobato, 1951, v. 6: 25).

A leitura de Lobato, corroborando as teorias da estética da recepção em que o valor atribuído ao texto pelo seu leitor pode encontrar-se longe do valor que seu próprio autor a ele atribuía, é antropofágica. Para Staden, seu texto é a celebração do poder de Deus; para Lobato, da razão humana. Humanista que era, fazia sua leitura do relato de Staden segundo tal ótica, considerando o tom religioso de sua obra um tanto “sufocante”. Antropofagicamente, devora-a, assimila-a a seu modo.

Na tradução com repetidas reedições que revisou e organizou, não notamos tal subversão, senão na sua adaptação de tal obra para o público infanto-juvenil intitulada *Aventuras de Hans Staden*. Tal livro é narrado por Dona Benta a seus netos Narizinho e Pedrinho. A velha senhora saca da estante um volume e inicia sua leitura, que interrompe para fazer comentários, esclarecer pontos e emitir sua opinião. Todos os livramentos que Hans atribui a Deus, D. Benta atribui à inteligência humana. É aí que a voz da narrativa se confunde com a voz do próprio autor e com a leitura que ele faz do original:

— Os selvagens, afinal de contas, não passavam de uns coitados, disse Narizinho. Hans embaçou-os de uma vez.

— É que possuíam um grau de inteligência muito inferior ao dos brancos. Daí a facilidade com que os pêros e os espanhóis, em muito menor número, conseguiram dominá-los. Neste caso de Hans, por exemplo, assistimos à luta da inteligência contra a bruteza. A inteligência com suas manhas e artimanhas, acabou vencendo a força bronca do número. (Lobato, 1997: 37)

O recurso que, de certa forma, o autoriza a perverter o texto original é a estratégia do relato dentro do relato. No momento em que o narrador da história não é mais Staden, mas D. Benta, essa narradora passa a ditar as verdades construídas no texto. Seu afastamento temporal parece poder aparelhá-la do conhecimento histórico, conferindo-lhe o distanciamento necessário para ponderações, e filosófico de todo o cabedal dos já consolidados preceitos humanistas. Diferentemente de Staden, cujo relato sangüíneo é o de quem viveu a história, D. Benta permite-se emitir juízos de valor, como o que vimos há pouco, bastante preconceituoso em relação aos indígenas e à supremacia racial e inteligência européias.

Ousamos acreditar que a voz de D. Benta seja a própria voz de Monteiro Lobato não sem causa. Quando explica a que se deveu a sobrevivência de Staden em meio às gentes selvagens dos tupinambás, fica muito claro que é na capacidade do homem que Lobato crê:

A habilidade, os prodígios de astúcia que Hans Staden empregou a fim de provar que nunca fora pero, e ainda para convencer os índios de que seu Deus o protegia e era mais poderoso que os maracás de cabaça, deram resultado. Os selvagens foram-lhe protelando o sacrifício e acabaram convictos de que de fato não era português. Orçou por oito meses o é-não-é e daí veio a sua salvação. (Lobato, 1951, v. 6: 33)

Os prodígios mencionados são resultado de “astúcia” e não de fé, e são operados pelo homem e não por Deus. Em Lobato, se Deus está lá, não o sabemos com certeza, pois sua posição é secundária, sugerida como artifício apenas. Alguns anos mais tarde, quando o próprio Lobato já pensa em publicar a obra do alemão, afirma com veemência que Cunhambebe, o cacique tupinambá devorador de portugueses, é o “herói genuinamente nacional” (Lobato, 1951, v. 6: 117). Essa idéia avulta em sua adaptação para o público infantil, pois desloca significativamente o foco da narrativa para a causa indígena. Já nas primeiras intervenções de D. Benta, tem-se a afirmação de que “se não fosse a ganância dos brancos, [...] não teria havido nas Américas os horrores que houve” (Lobato, 1997: 10). Seu julgamento, que faz dela um narrador onisciente, promove a causa indígena e condena o invasor europeu, o que Hans Staden evidentemente não tinha a intenção de fazer, embora parecesse entender o motivo que levava os selvagens a odiarem os portugueses.

Note-se que a estratégia da narrativa que insere o relato dentro do relato permite a Lobato fazer algo que lhe seria impossível, caso apenas relatasse o que Hans Staden viu e viveu: justifica o costume bárbaro dos antropófagos brasileiros. É o que fazem

Narizinho e Pedrinho ao exprimirem suas impressões de leitores/ouvintes através dos questionamentos e comentários que fazem. Vejamos alguns trechos que constroem a idéia do direito do indígena de hostilizar os invasores brancos:

— Mas os portugueses tinham direito a isso aqui ou não? O Brasil não pertencia aos índios?

— O direito dos portugueses era o direito do mais forte. Os índios deixaram-se vencer e desse modo perderam a terra que até então haviam possuído.

— Sempre a fábula do lobo forte e do lobo fraco — comentou Pedrinho filosoficamente. (Lobato, 1997: 26)

A noção darwinista nesse pequeno trecho de diálogo está claramente expressa. Sobrevive o mais forte, e o mais fraco é subjugado e/ou extinto, exatamente como aconteceu a centenas de milhares de índios que habitavam o solo brasileiro até a conquista européia. Essa é a tese defendida por Darwin em sua teoria evolucionista, essa é a tese defendida por Dona Benta para explicar, em seu tom fatalista, a quem pertence o direito. A lida e experiente senhora explica como funciona a “lei do mais forte” nas suas considerações sobre os estranhos rituais dos tupinambás para acuar seu inimigo capturado antes de devorá-lo, apontando para partes de seu corpo e escolhendo a que individualmente mais lhes agradaria comer:

— Faziam como faz o gato ao camundongo — lembrou Narizinho.

— Isso mesmo – confirmou Dona Benta — mas notem vocês que havia nisso mais brincadeira do que crueldade. Não há termo de comparação entre o modo pelo qual os índios tratavam os prisioneiros e o que era de uso na Europa. Lá a “civilização” recorria a todos os suplícios, inventava as mais horrendas torturas. Assavam os pés da vítima, arrancavam-lhe as unhas, esmagavam-lhe os ossos, davam-lhe a beber chumbo derretido, queimavam-na viva em fogueira. Não há monstruosidade que em nome da lei de Deus os carrascos civilizados, em nome e por ordem dos papas e reis, não tenham praticado. (Lobato, 1997: 30)

Numa discussão circular sobre o homem, quem é ele, se essencialmente bom e cheio de potencialidades ou irreversivelmente mau, o homem vai sendo escrutinado em sua “humanidade”. Dessa forma, vemos o artista lançado em seu ofício de representar o homem de seu tempo, que ora é objeto de sua admiração, ora é objeto de seu mais profundo ódio. Em “Fala Jove” desfilam todos os deuses do Olimpo para reconhecerem no homem um ser superior. Nessa crônica, Lobato elogia as grandes façanhas humanas no campo científico, como seus transatlânticos, submarinos e aviões:

A epopéia mudou de tom. Passou de berceuse trágica a marcha mecânica. O que vencia

não era mais a dureza do homem, sua paciência, sua resistência às privações. Vencia a inteligência do engenheiro que na paz do gabinete calculava com precisão a resistência dos materiais e o jogo das peças, ao conceber leviatans não previstos pela natureza.

E o oceano, atônito, assistiu à completa devassa dos seus domínios — com grande escândalo de Netuno.

Pobre deus! Quando o “Deutschland” operou o maravilhoso mergulho transatlântico que o trouxe de Kiel a New York, Netuno lançou aos sargaços o tridente, exclamando num sincero grito d’alma:

— Não sou mais deus de coisa nenhuma. Deus é esse piolho da terra que inventa máquinas e se ri dos meus vagalhões, zomba dos meus ventos, fulmina minhas baleias e põe-me assim, no fim da vida, um miserável rei de opereta... (Lobato, 1951, v. 6: 49)

O narrador parece querer mostrar que não há limites para a inventividade do homem e nem obstáculo que não possa por ele ser transposto. O mesmo Lobato que imprimiu um tom otimista com relação às potencialidades do homem nessa crônica, escreveu outra, “Homo sapiens”, em que a tão celebrada inteligência do homem não parece nem de longe motivo de celebração ou orgulho:

É tempo de conspirar contra o gorila que evoluiu e, senhor da Inteligência e da Má Fé, vos oprime a ferro e fogo.

A inteligência dele, bem o sabeis, é uma doença, uma hipertrofia cancerosa do instinto. Só produz males. É a mãe do sofrimento. A guerra, a fome, a peste são filhas suas, como são filhos seus todos os horrores que fazem odiosa a vida na Terra: os deuses carneiros, a mentira, a riqueza, a miséria, o Estado, a lei, o cadafalso, a inquisição, o patriotismo, a farda. (Lobato, 1951, v. 5: 61)

Considerações finais

A grande contribuição do humanismo na literatura e na prática tradutória de Monteiro Lobato deveu-se ao considerável conflito resultante de suas distorções apaixonadas, do paradoxo criado com outras crenças já arraigadas e com sua irrefutável incongruência face à realidade político-social do contista e à própria realidade mundial. Como muitas outras ideologias o têm feito, o humanismo é o estopim de muito debate, muitas proposições levantadas, muitos sonhos construídos e muitas ilusões derrocadas. A arte, desenvolvida antes na crise que na calmaria, dele se serve; não para trazer respostas definitivas, mas para colocar na pauta o calor das coisas.

Enquanto promotora de intensas trocas intersistêmicas, a tradução mostra-se tanto como uma força de manutenção quanto de destruição de preceitos ideológicos. Os textos traduzidos de Monteiro Lobato são resultado de sua intensa atividade de interpretação, preenchimento de espaços vazios, ressignificação e apropriação do original. Não é mais a voz de Hans Staden que se ouve no texto traduzido por Monteiro

Lobato, mas, além da voz do próprio tradutor, a de humanistas, darwinistas, evolucionistas e indigenistas.

Referências

- ASSIS, Machado de (1997) “A nova geração”. *Machado de Assis. Obra completa*, v. 3, 809-836. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- BLOOM, Harold (1995) *Um mapa da desleitura*. Trad. Thelma Médici Nóbrega. Rio de Janeiro: Imago.
- CAMPOS, Haroldo de (1996) “Paul Valéry e a Poética da Tradução”. Luiz Angélico da Costa (org). *Limites da traduzibilidade*, 201-216. Salvador: EDUFBA.
- Humanist Manifestos I and II*. Disponível em: <<http://www.jcn.com/manifestos.html>>. Acesso em 24/02/2006.
- LEFEVERE, André (1992) *Translation, rewriting and the manipulation of literary fame*. London, New York: Routledge.
- LOBATO, Monteiro (1951) *Obra completa*, v. 1-13. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1997) *Aventuras de Hans Staden*. 32^a. ed. São Paulo: Brasiliense.
- ROBINSON, Douglas (2002) *Construindo o tradutor*. Trad. Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC.
- SCHWARZ, Roberto (1998) *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 3^a. ed. São Paulo: Duas Cidades.
- STADEN, Hans (1999) *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens (1548-1557)*. 2^a. ed. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Dantes.
- STEINER, George (2001) “Um prefácio para a *Bíblia* hebraica”. *Nenhuma paixão desperdiçada*, 51-96. Trad. Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Record.
- VENUTI, Lawrence (2002) *Escândalos da tradução: por uma ética da diferença*. Trad. Laureano Pelegrin et. al. Bauru, SP: EDUSC.